

Aconteceu

Magri no governo reforça o sindicalismo de Estado



Lula: "Magri e Mário Amato são a mesma coisa"

Ao anunciar o seu Ministro do Trabalho e Previdência Social, o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, consolidou sua intenção de fazer do sindicalismo (mais precisamente da CGT) um departamento do governo. O sindicalista Antônio Rogério Magri, presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores, já expressara durante a campanha eleitoral a "disposição de fazer dos sindicalistas da CGT a militância e o braço sindical necessários ao PRN". Mas a CUT reafirma sua independência e o compromisso com a luta de todos os trabalhadores, não aceitando que lhes sejam impostos novos prejuízos. Leia nas páginas 15 e 16 a repercussão da escolha de Magri e a opinião do Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário - MO - do CEDI.

Polícia Militar de SP é culpada pela morte de trabalhadores

Finalmente saiu a decisão da Justiça paulista que condenou o Estado a pagar uma indenização aos familiares das vítimas do conflito de Leme, em 1986.

Foi reconhecida a culpa da Polícia Militar pela morte do cortador de cana, Orlando Correia, e da

doméstica Sibebe Aparecida Manuel, atingidos por tiros disparados pelos soldados que tentavam reprimir a greve dos canavieiros em Leme. Na época, o PT fora acusado de ter provocado o conflito, mas, agora, a verdade foi restabelecida. Página 3.

CESEP promove curso em São Paulo sobre ecumenismo

Página 14

Professores de Brasília e São Paulo ameaçam nova greve

Página 13

Ao leitor: devido ao feriado do Carnaval, o Aconteceu não vai circular na próxima semana, voltando a ser editado em março.

036
1990

Bispo protesta contra decisão da PF

O arcebispo de Vitória (ES), dom Silvestre Luís Scandian, divulgou nota oficial da arquidiocese protestando contra o encerramento do inquérito sobre o assassinato do padre Gabriel Maire pela Polícia Federal, encaminhando o caso à instância competente do Poder Judiciário excluindo que o assassinato tenha sido crime de mando.

Assim, a morte do padre Gabriel, ocorrida há cerca de dois meses, passa a ter a conotação de um assalto comum, do que discorda a arquidiocese. Para dom Silvestre, a igreja de Vitória não está convencida de que o crime tenha sido apenas um assalto, pois o padre Gabriel vinha sofrendo ameaças, assim como outros membros da igreja ligados a ele. Em nota oficial, o arcebispo lembra que "muitas circunstâncias do crime ainda não foram esclarecidas, assim como não foram esclarecidas certas contradições em que caí-

ram os indiciados em seus depoimentos. Na nota, o arcebispo lamenta "que durante o inquérito policial não tenham sido ouvidas todas as testemunhas apresentadas pela arquidiocese e que não tenham sido efetuadas todas as diligências".

Após reafirmar a confiança na sinceridade das testemunhas que se apresentaram espontaneamente e foram encaminhadas pela arquidiocese à Polícia Federal, o arcebispo "repudia o fato de tais testemunhas terem sido injustamente acusadas de falsidade." Ao final, a nota deixa claro que a intenção da arquidiocese não é de fabricar mártires: "o verdadeiro martírio do padre Gabriel já se havia se concretizado através da dedicação ao povo sofrido e martirizado pela injustiça social e a opressão".

Assinam a nota oficial da arquidiocese o arcebispo dom Silvestre e o bispo auxiliar dom Geraldo Lyrio Rocha.

Lavradores com fome saqueiam creche

Cerca de 300 lavradores saquearam uma creche e levaram alimentos da merenda escolar no município de Padre Marcos, a 460 quilômetros de Teresina. Os lavradores perderam o plantio por causa da seca que castiga a região sul do Piauí há 45 dias. Da creche "Tia Guida", os lavradores conseguiram levar leite em pó, arroz e macarrão que seriam utilizados na reabertura dos colégios em março.

O saque à creche em Padre Marcos aconteceu dia 14. No dia seguinte, outro grupo de lavradores entrou em dois depósitos do governo do estado onde são armazenadas as sementes para a distribuição aos agricultores. Foram atraídos pela notí-

cia de que o secretário de Agricultura, José de Anchieta Moura Fé, teria enviado 600 cestas de alimentos para serem distribuídas na cidade, incluída entre as 48 em estado de emergência por causa da estiagem. Mas os lavradores encontraram apenas algumas caixas de sardinha, que foram levadas por eles.

Além da falta de alimentação para os agricultores - que são maioria entre os 20 mil habitantes -, começou a faltar água na cidade, pois secou o único reservatório, situado no povoado de Marcolândia (a 10 quilômetros de Padre Marcos). O prefeito Afonso Moura (PDS) foi a Teresina em busca de recursos. (JB, 16/2/90)

Aconteceu n° 535
20 a 27 de fevereiro de 1990

**CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação**
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Editor
Xico Teixeira
Reg. Prof. 1928/07/16

Editora assistente
Lígia Dutra
Reg. Prof. 3407/14/60

Secretaria
Ellane Lobato

Composição
Kátia Simões
Paulo Roberto S. Garcia

Produção Gráfica
Alcino Demby

Fotolitos e Impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (coordenador)
Jethier Pereira Ramalho
Luís Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão Ribeiro
Xico Teixeira

Aconteceu - uma publicação semanal do CEDI - é uma resenha das notícias da semana extraídas dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta ainda com a participação dos Programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Camponês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, e Assessoria à Pastoral. As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Cosme Velho, 98/fundos, CEP 22241 - Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 - Rio de Janeiro, CEP 22221.

Assinatura anual: NCz\$ 80,00
Assinatura de apoio: NCz\$ 120,00

Justiça culpa polícia por mortes em Leme

Três anos e meio depois das mortes do cortador de cana Orlando Correia e da doméstica Sibebe Aparecida Manoel - atingidos por tiros em julho de 1986, durante um conflito entre a Polícia Militar e grevistas em Leme - o juiz Ronaldo Frigini, da primeira Vara Cível da cidade, condenou o Estado a pagar uma indenização aos seus familiares - Correia, que morreu com 23 anos, deixou viúva e dois filhos, e Sibebe, morta com apenas 17 anos, a mãe.

Em sua sentença, o juiz não deixa dúvida sobre o fundamento de sua decisão. "A prova demonstrou com clareza que a morte de Orlando e Sibebe foi produzida por disparo de

arma de fogo feito por policial militar", escreveu o juiz Frigini. "Essa sentença restabelece a verdade", comemorou Luiz José Bueno de Aguiar, um dos três advogados que acompanharam o processo, lembrando que várias autoridades responsabilizaram o PT pelo incidente - entre elas o ministro da Justiça à época, Paulo Brossard.

Na manhã do dia 11 de julho de 1986, cerca de 140 policiais entraram em confronto com aproximadamente 1.000 cortadores de cana em greve: os trabalhadores tentavam impedir a saída de ônibus que levaria às usinas os que pretendiam trabalhar. Três deputados do PT - José Genoíno, Djalma Bom, então

deputado federal, e Anísio Batista, deputado estadual à época - estavam no local. Uma das acusações feitas no episódio foi a de que tiros teriam sido disparados por ocupantes de um opala azul a serviço dos deputados. O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, chegou a confirmar a informação três dias depois do conflito. Os petistas negaram essa versão. Além das duas mortes, mais 17 pessoas ficaram feridas naquele dia. "Ficou comprovado que só a PM atirou", disse Aguiar. O Estado é obrigado a recorrer da decisão e somente o Tribunal de Justiça pode confirmar a sentença. (Jornal do Grande ABC, 16/2/90)

Sem-Terra são baleados na Paraíba

Geraldo Firmino de Souza, 37, e José Vieira dos Santos, 42, foram feridos a bala, no dia 10, em frente às suas casas, na fazenda Serra Verde, em Araruna (165 km a noroeste de João Pessoa - PB). Eles estão internados, em estado grave. Também ficaram feridos Cícero Firmino de Sousa, 66, e Geraldo Cassiano dos Santos, 48. Eles passam bem, mas apresentam perfurações de espingarda calibre 12.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra da Paraíba, eles foram baleados pelos proprietários da fazenda, Ginaldo e Gildemar de Araújo Cordeiro, e por 85 homens armados com revólveres calibre 38 e espingardas calibre 12. Dez casas e a lavoura foram destruídas. Segundo a nota dos posseiros, "um grupo de policiais civis compareceu à área, fazendo violento despejo".

Os trabalhadores dizem que vivem em Serra Verde há cerca de 40 anos. Os proprietários dizem que eles começaram a invadir suas terras há menos de dois anos, incentivados pelo padre Francisco de Assis Inácio, 30, e pelo bispo d.

Marcelo Pinto Cavaleira, 70. "Resolvemos colocar nossos trabalhadores na área, no último dia 10, e fomos recebidos a bala pelo pessoal do padre Assis. Nosso pessoal se revoltou, ateou fogo nas casas e começou a atirar para se defender", disse.

Cordeiro disse que vai reunir a população de Araruna para invadir a casa do padre Inácio e "expulsá-lo

da cidade". O bispo Cavaleira desmentiu as acusações. "A Igreja tem obrigação de apoiar os trabalhadores", afirmou. O padre Inácio disse que vai ficar na cidade. O secretário de Segurança Pública da Paraíba, Geraldo Navarro, designou o delegado José Henrique da Silva Filho para apurar denúncias de violência em Araruna. (Folha de São Paulo, 13/2/90)

Carvoeiros cercam Fórum em Criciúma

Cerca de 100 mineiros de carvão das diretorias dos sindicatos da bacia carbonífera do sul catarinense realizaram um cerco ao Fórum de Criciúma, exigindo a libertação de nove trabalhadores presos no dia 14, após um confronto com a Polícia Militar, que resultou em dois trabalhadores feridos a bala.

No final da tarde do dia 15, o juiz Rui Fortes, da 2ª Vara Criminal, resolveu liberar os nove presos - três deles da diretoria do sindicato - mediante o pagamento de uma

fiança de NCz\$ 23 mil, cerca de NCz\$ 2,56 mil por mineiro. Apesar de liberados, eles continuarão a responder por danos ao patrimônio privado.

A greve, que começou dia 12, atinge os municípios de Criciúma, Siderópolis, Forquilha, Lauro Muller e Urussanga, com cerca de 7 mil mineiros paralisados, reivindicando NCz\$ 8,7 mil de piso salarial.

As mineradoras oferecem NCz\$ 5,5 mil de salário-base à categoria. (Jornal do Brasil, 16/2/90)

Sem-Terra vai ensinar ocupação

Seringueiros e índios da Aliança dos Povos da Floresta querem se unir aos sem-terra gaúchos e aprender com eles como é feita, na prática, a reforma agrária do Movimento dos Sem-Terra, responsável pelas frequentes ocupações de terras. De acordo com o presidente do Conselho Nacional de Seringueiros e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília (Acre), Osmarino Amâncio Rodrigues, eles pretendem obter informações sobre estratégias de ação dos agricultores do sul.

Antes de embarcar para a Dinamarca e a Holanda esta semana, a convite de entidades preservacionistas desses países, Osmarino conviveu por três dias com acampados no interior do Rio Grande do Sul. "A gente não quer mais morrer por nada", disse o seringueiro, apontado no Acre como sucessor de Chico Mendes. Depois do assassinato de Mendes, em 1988, Osmarino

tratou de unir índios e seringueiros, formando com eles a Aliança dos Povos da Floresta, com objetivo de pôr fim aos conflitos das populações que sobrevivem da floresta amazônica.

"Agora tentamos a ampliação dessa aliança, buscando o apoio dos sem-terra. Não existe para a Região Amazônica nenhuma política fundiária e os sem-terra podem nos ensinar a fazer reforma agrária", afirmou.

Junto com a proposta de incluir os sem-terra na aliança formada pelos índios e seringueiros, Osmarino esteve em Porto Alegre também para divulgar um relato sobre a violência na região do Acre. Segundo ele, os mesmos mandantes da morte de Chico Mendes já mataram mais três dirigentes sindicais. A vítima mais recente foi José Brito, abatido a tiros em janeiro na praça central de Xapuri, a mesma cidade onde Chico Mendes viveu e foi assassinado.

O seringueiro morto era uma das testemunhas arroladas para depor, em março, na julgamento de Darli Alves da Silva e os filhos Oloci e Darci, presos sob acusação de mandantes da morte de Chico Mendes.

"Foi uma queima de arquivo patrocinada pelas famílias de Gastão Mota, Benedito Rosa, coronel Chicão, Marcelo e outros, todos grandes latifundiários da região", acusou, revelando que ele mesmo já sofreu seis atentados após a morte de Chico. A casa dos seus pais foi incendiada e hoje Osmarino não se atreve a andar pela floresta sem a companhia de seguranças. Os dados levantados pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais revelam ainda que, a partir da década de 70, 150 seringueiros foram mortos no Acre. "Mas foi preciso que Chico Mendes morresse para que a gente pudesse denunciar essas coisas", lamentou o seringueiro. (J.B. 15/2/90)

Seringueiros pedem mais proteção para extrativismo

Embora reconhecendo êxito em muitas das iniciativas do governo do Estado do Acre em tentar promover maior integração entre os segmentos representativos da população e a máquina oficial de planejamento, Antônio Alves Leitão Neto, representante do Conselho Nacional dos Seringueiros, mostra algumas preocupações quanto à implantação de ações que promovam o efetivo desenvolvimento do Estado em parâmetros de respeito à ecologia.

Antônio Neto justifica esses temores pela falta de coordenação

global ainda observada entre os vários órgãos da administração estadual e ao que classifica de atual momento político.

Na sua avaliação, o grande desafio do governo do Estado é resistir às pressões exercidas por grupos com interesses econômicos conflitantes, que se refletem na desarticulação entre as secretarias, em especial de 88 para cá.

Antônio Neto, jornalista que também pertence ao Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA) e a Comissão Pró-Índio, sugere o fortalecimento de entidades

como o Imac e a Funtac, a fim de que se possa incentivar e proteger as comunidades que vivem das produções extrativistas. Segundo ele, há necessidade de que a elaboração das políticas de planejamento levem em conta maior participação popular nas decisões e se prendam à realidade social, econômica e cultural do Estado. Sem isso, assegura, mesmo com o asfaltamento da BR-364, a população acreana não se beneficiará das melhorias, "ficando sentada à beira da estrada vendo o progresso passar". (O Globo, 13/2/90)

Termina a greve em Centenário do Sul

A greve dos bóias-frias de Centenário do Sul, a 450 quilômetros de Curitiba, terminou dia 15 à tarde. Os grevistas, que faziam piquetes interrompendo o tráfego na estrada entre Centenário e Porecatu, decidiram aceitar a proposta dos donos

de fazendas, acabando com a paralisação iniciada há quatro dias.

Agora eles ganharão NCz\$ 120,00 de diária, mais NCz\$ 35,00 por arroba colhida - valores que passarão a ser corrigidos pelo IPC. No dia 13, um incidente entre bóias-

frias e motoristas que tentavam passar pela estrada interrompida levou ao indiciamento de 40 grevistas por lesões corporais e depredação.

O dono de um automóvel foi hospitalizado. (Jornal do Brasil, 16/2/90)

Bispo denuncia invasão em áreas dos Yanomami

Os garimpeiros de Roraima estão expandindo as antigas áreas de garimpagem e invadindo novos terrenos na reserva dos índios Yanomami, convencidos de que o governo não tem força para retirá-los em definitivo. A denúncia foi apresentada em Belém pelo bispo de Roraima, dom Aldo Mongiano, que atribuiu o agravamento da situação na reserva à incoerência do ministro da Justiça, Saulo Ramos, e a uma "sórdida campanha urdida por uma candidata a deputada".

Dom Aldo foi a Belém para participar do 3º encontro Episcopal da Regionais Norte I e II, da Confe-

rência Nacional dos Bispos do Brasil. Para ele, a situação dos Yanomami hoje está muito pior do que antes: "Os garimpeiros saíram do garimpo do Paapiú, é verdade, mas foram para outras áreas, também dos índios, que antes eram respeitadas. Para área de Santa Rosa, transformada em reserva garimpeira por decreto, não foi nenhum garimpeiro, porque eles ouviram falar que lá não existe ouro".

O bispo disse que o governo foi incoerente, tanto ao anunciar que os cerca de 40 mil garimpeiros seriam retirados da reserva Yanomami quanto ao ampliar o prazo para

a retirada e até chegar ao ponto de fazer concessões a grupos de garimpeiros: "Isto só piorou a situação, gerando no garimpeiro a idéia de que o governo não tem força pra retirá-los de lá".

A Igreja, de acordo com Mongiano, mantém sua posição, completamente contra a presença dos garimpeiros na reserva Yanomami, porque sabe que essa convivência é prejudicial aos índios. "Desde 1987, quando começou a invasão, já morreram mais de 1500 índios, que chegavam àquela altura a uma população de 7.500 indivíduos", explicou o bispo. (JB -14/02/90)

Estado demarca terras dos índios Guarani

O Governador Moreira Franco visitou dia 14, em companhia do Secretário estadual de Assunto Fundiários e Assentamentos Humanos, Vicente Loureiro, a reserva dos índios Guarani em Bracuí, Angra dos Reis. O Governo do Estado concluiu na semana passada, o processo, iniciado em 1987, de demarcação dos 700 hectares de reserva, onde vivem atualmente 60 famílias. É a primeira reserva indígena de-

marcada no Estado.

- O núcleo vinha perdendo sua capacidade de subsistência e agora tem 700 hectares para plantar e preservar seus hábitos e cultura - disse Moreira. Como a demarcação de terras indígenas é de competência do Governo federal, o Estado fez um convênio de cooperação técnica e financeira com a Funai. Para ajuizamento da ação de desapropriação, a Funai repassou ao Estado os

recursos (cerca de NCZ\$ 30 mil em 1987) necessários à indenização pelas propriedades e benfeitorias. A ação de indenização tramita atualmente na 17ª Vara Federal.

Segundo o Secretário Vicente Loureiro, o Governo do Estado já está providenciando também a demarcação das terras no núcleo Araponga, em Parati, onde vivem hoje cerca de cem índios Guarani. (O GLOBO 15/02/90)

Em Bracuí, ervas e parto de cócoras

A reserva de Bracuí quase desapareceu do mapa de Angra dos Reis depois da morte, por atropelamento, do cacique Argemiro da Silva, há cerca de seis anos. Ela renasceu há três anos com a chegada de mais de 300 Guarani que viviam em Paranaguá, no Paraná. O grupo, que é chefiado pelo cacique Veramirim (João da Silva pelo registro civil), de 76 anos, migrou para o Rio em busca de terras para cultivo e criação e não pretende mais deixar as terras demarcadas.

- Estou satisfeito. Agora meu povo tem onde ficar em paz conforme

queria meu irmão, o cacique Argemiro - disse Veramirim, que tem nove filhos e vários netos morando na reserva.

Apesar de aculturados, os Guarani de Bracuí fazem questão de preservar seus costumes. Ainda utilizam remédios à base de ervas, acreditam no deus Tupã e em pajés, se comunicam no idioma guarani - embora muitos deles saibam falar português - e as índias ainda fazem parto de cócoras. As festas são raras, e os índios cozinham com a ajuda de fogueiras. Todos se servem de água que foi encanada de

uma nascente. A vida da comunidade gira em torno das decisões do cacique Veramirim. É ele quem promove os casamentos, aconselha os jovens e determina quais as lavouras que devem ser cultivadas.

Atualmente os Guarani plantam mandioca, cana-de-açúcar, banana, batata doce, laranja, jabuticaba e abacaxi e criam abelhas, patos e galinhas. As plantações e as criações são de subsistência e os índios que não são aposentados pelo Funrural só conseguem dinheiro vendendo artesanato. (O Globo, 15/2/90)

Maioria das espécies em extinção é do Rio

O maior número de espécies animais ameaçadas de extinção se localiza nas regiões Sudeste e Nordeste e a maioria delas, 84, está no Rio de Janeiro. Estas revelações estão no livro *Fauna brasileira ameaçada de extinção*, da Fundação Biodiversitas, que analisa as 207 espécies em risco listadas pelo Ibama.

Em edição bilingüe (português/inglês), uma tiragem inicial de 3.000 exemplares será distribuída pelo Ibama, pela Sociedade Brasileira de Zoologia - que elaborou a lista - e pela Biodiversitas, inclusive para entidades conservacionistas internacionais.

"Durante mais de século, a idéia central da zoologia foi a evolução das espécies. Para a nova década, a grande preo-

cupação é a extinção, isto é, o inventário das espécies: quantas são, onde estão, quais estão ameaçadas de extinção e o que se deve fazer para impedir que sejam extintas", explicou o presidente da Biodiversitas, Ângelo Machado, que coordenou o levantamento do Ibama.

Segundo o livro publicado pela Fundação Biodiversitas, 124 espécies ameaçadas de extinção estão na região sudeste. Depois do Rio, com 84, seguem São Paulo (80), Espírito Santo (78), Bahia (77) e Minas (64) - todos nessa região, com exceção da Bahia. A principal explicação para o fato, segundo Ângelo Machado, é que a maior parte delas habita a Mata Atlântica, vegetação original do sudeste e do nordeste da qual restam ape-

nas cerca de 5%.

Entre as espécies em risco de extinção encontradas no Rio, algumas se encontram apenas na reserva de Poço das Antas, como o mico-leão-dourado, ameaçado nos últimos dias por incêndio. Outras, como o ouriço preto, talvez nem existam mais.

À lista do Ibama o livro acrescenta 117 espécies provavelmente ameaçadas de extinção, levantadas pelos zoológicos da SBZ e não incluídas na listagem oficial por estarem ainda insuficientemente estudadas. As listagens não incluem peixes, até há pouco sob proteção da Sudepe, que nunca se preocupou em estudá-los. Muitos deles, cujo habitat natural eram rios da Mata Atlântica, provavelmente já se extinguíram. (JB, 15/2/90)

Brigada Militar ajuda IBAMA no Sul

Dois helicópteros e dois planadores da Brigada Militar vão auxiliar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na fiscalização da pesca predatória de camarão na Lagoa dos Patos e na barra de Rio Grande, no Sul do estado. Oito barcos, todos de Santa Catarina, já foram multados e tiveram o equipamento de pesca - principalmente redes de malha fina - apreendido pelos fiscais que estão atuando na área.

O delegado regional do órgão, Carlos Knorr, informou que grupos de soldados da PM gaúcha e barcos da Marinha também estão auxiliando no patrulhamento da costa onde há viveiros naturais de camarão daquela área. Semana passada, na primeira apreensão realizada, foram interceptadas

seis embarcações com cerca de 800 kg de camarão, depois distribuídos entre entidades assistenciais de Rio Grande.

O delegado admitiu que o maior problema são os pescadores catarinenses que na sãfra do camarão gaúcho invadem a Lagoa dos Patos e, em busca de maior lucro, atacam inclusive cardumes de filhotes.

"Usam redes inapropriadas e acabam por capturar o camarão ainda miúdo, considerado inadequado para comercialização". Essa prática, além da concorrência na pesca, também provoca atritos com os pescadores gaúchos, mais preocupados com a preservação da espécie em consequência de repetidas campanhas de defesa ambiental.

O Ibama solicitou ao Co-

mando do 5º Distrito Naval o apoio à fiscalização de barcos camaroeiros em alto-mar. De acordo com Carlos Knorr, a cada ano a produção de camarões na Lagoa dos Patos vem diminuindo pela ação indiscriminada dos pescadores.

O presidente da colônia de pesca Z-1, Wilson Branco, também alertou para a evasão de divisas do Rio Grande do Sul em função do volume de camarões transportados para comercialização em Santa Catarina.

"Ao invés de o estado ser beneficiado, quem ganha são os catarinenses". Segundo ele, cerca de 1 mil barcos de Laguna, Itajaí, São Francisco e Florianópolis, a maioria sem licenciamento, estão atuando na pesca ao camarão no Sul. (JB, 15/2/90)

CNBB-Norte divulga texto sobre Amazônia

Os bispos e coordenadores das regionais Norte I e II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgaram dia 15 o documento final de seu terceiro encontro inter-regional. O documento conclama a população da Amazônia a se organizar numa luta pacífica, "mas firme e incessante", contra todos os projetos que levam à destruição da natureza da região. "Adorar o Pai em espírito e verdade também é engajar-se para que a obra do Criador seja respeitada em sua grandeza, beleza e harmonia", prega o documento.

Em meio a duras críticas contra os "semeadores da morte, que agri-dem de forma violenta e irracional a natureza", os bispos pedem às

autoridades governamentais que empreguem recursos em pesquisas as análises científicas para descobrir meios racionais de exploração e aproveitamento dos recursos naturais da região. Para isso, o documento, intitulado "Em Defesa da Vida na Amazônia", sugere que se recorra a técnicas adquiridas pelos habitantes da região. E apela aos empresários no sentido de que "sejam mais sensíveis a tantos gritos e saibam limitar seus objetivos de lucro às exigências de mais vida para a humanidade e as gerações futuras".

O documento propõe ainda às instituições financiadoras de grandes projetos que condicionem seus créditos a compromissos sérios "e fidedignos de respeito pela

natureza e pelo homem da Amazônia". Para os bispos, também devem ser condenados todos os que usam o garimpo para encobrir o tráfico de drogas e "conseguem limpar rios de dinheiro para satisfazer sua ganância e ambição política".

A construção de barragens e hidrelétricas e a produção de carvão vegetal para as usinas siderúrgicas em Carajás também mereceram críticas da CNBB: "A sangria da Amazônia já chega ao extremo e a criação de Deus geme no estertor da morte. As consequências são catastróficas para todo o ecossistema e ultrapassam, sem dúvida, as fronteiras do Brasil e do continente". (O Estado de São Paulo, 16/2/90)

Encontrado pó-da-china no ES

Apenas três semanas depois do acidente com o metanol que poluiu os rios da região, os moradores de João Neiva, a 80 km de Vitória, enfrentam agora outro problema: a água dos ribeirões Cruzeiro e do Meio pode estar contaminada com pentaclorofenato de sódio, o pó-da-china, altamente tóxico. Isso porque 20 sacos do produto foram abandonados a 20 metros da rodovia BR-101, próximo do local onde dois caminhões que transportavam metanol tombaram recentemente.

O alarme foi dado dia 13 pelo secretário de Saúde de João Neiva,

Antônio Possato, que foi alertado por lavradores da presença de um "estranho achado" na margem do Ribeirão Cruzeiro.

O pentaclorofenato de sódio é um inseticida protetor da madeira, mas seu uso como agrotóxico está proibido no país. A Coordenadora de Controle Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente, do Espírito Santo, Maria Neise Urbano Neto, explicou que, embora a fabricação do pó-da-china esteja proibida há mais de dez anos no Brasil, "nos sacos encontrados havia a marca Clorogil, de propriedade da Rho-

dia", que foi procurada imediatamente. Técnicos da Rhodia foram enviados a João Neiva para providenciar a remoção do produto.

A área atingida foi isolada pela Polícia Federal. Na região, segundo Maria Neise, sempre houve mortandade de peixes, mas eram responsabilizadas as indústrias mais próximas.

Na região, essencialmente agrícola, as populações ribeirinhas vivem da pesca e irrigam suas propriedades com as águas que podem estar contaminadas. (O Estado de São Paulo, 14/2/90)

Rondônia se nega a fechar garimpo de cassiterita

A Comissão Interministerial que investiga o contrabando de cassiterita, o tráfico de cocaína, a degradação do meio ambiente e a utilização de mão-de-obra escrava no Garimpo de Bom Futuro, em Ariquemes (RO) enfrentou no último dia 13, a primeira resistência à suspensão da exploração da jazida. O governador de Rondônia, Jerônimo Santana, informou à Comissão que 20% da arrecadação de Estado

têm origem no garimpo. Só em janeiro, Rondônia arrecadou NCz\$ 34 milhões em ICMS sobre o minério extraído. Acrescentou que a exploração do garimpo é condição básica para o início de qualquer operação conjunta com o governo federal.

A preocupação da Comissão nomeada em dezembro, segundo seu coordenador, Ovídio Martins de Araújo, é evitar a sup "produção

da cassiterita em Bom Futuro, que está inundando o mercado brasileiro de estanho.

Em 1989, segundo o DPF e a Receita Federal, foram contrabandeados do Brasil 5% de toda a produção mundial ou 40% da produção nacional de estanho. O prejuízo para a União em receitas cambiais chegou a NCz\$ 7,5 bilhões.

(O Globo, 14/2/90)

Fim de papo

Não adianta tapar o sol com a peneira.

Ao nomear como ministro do Trabalho o sindicalista Antônio Rogério Magri - uma espécie de inimigo público número um da CUT -, o presidente Collor de Mello fez uma opção preferencial pelo confronto. (Informe JB, 16/02/90)

Cama

Da deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP): "O Sarney está preparando uma cama na qual o Collor jamais conseguirá dormir..." (Painel FSP, 16/2/90)

Apertem os cintos

Do ex-ministro Oscar Dias Corrêa, dias atrás em São Paulo:

- O Brasil parece um avião com 140 milhões de passageiros. Collor, o piloto, é jovem e inexperienced e tem como co-piloto Itamar, um tanto ou quanto bisonho. Mas, ainda assim, acredito que pousaremos no aeroporto da tranquilidade. (Canal 3, OESP, 16/2/90)

Soneca

O senador Roberto Campos (PDS-MT) dormiu todo o tempo do discurso do presidente Sarney na reabertura do Congresso.

Só acordou quase ao final, no exato momento em que Sarney confessava sua incapacidade de controlar a economia do país. (Informe JB, 16/02/90)

Braço direito

Nelson Justus, que tem um programa na Rádio Difusora AM, de Curitiba, é candidato a deputado estadual pelo Paraná.

Mas não é um radialista comum.

É empresário, dono de uma imobiliária e também o braço direito para negócios do ex-ditador do Paraguai, Alfredo Stroessner, no Brasil. (Informe JB, 16/02/90)

Vai para o trono

Alguns anos atrás, um animado programa dominical de televisão exibiu entre suas atrações um rapagão musculoso, tão forte que era capaz de rasgar com as mãos uma lista telefônica de São Paulo.

- Vai para o trono ou não vai? - gritava o animador do programa.

O tempo passou. O animador, Silvio Santos, lançou-se candidato a presidente da República. Não foi para o trono.

O rapaz das listas, Antônio Rogério Magri, vai virar ministro. (Canal 3, O Estado de São Paulo, 15/02/90)

Lugar de honra

A guerra contra os sonegadores prometida pelo presidente eleito, Fernando Collor, poderá fazer como primeira vítima um dos políticos que mais se empenharam em sua campanha. O senador João Castelo

(PRN-MA) é a pessoa física que mais deve ao Imposto de Renda no Maranhão.

No ano passado, Castelo figurou com louvor na lista negra de maus contribuintes, divulgada pela Secretaria da Receita Federal. (Canal 3, O Estado de São Paulo, 15/02/90)

Vaga

No melhor estilo "unidos venceremos" o Partido Comunista Brasileiro está recomendando que em cada Estado haja apenas um candidato a deputado estadual e outro a federal. Isto evitaria a pulverização de votos e possibilitaria a formação de uma bancada forte.

Em São Paulo, para estadual, deverá ser lançado o presidente do diretório, Antônio Resk. Para deputado federal ainda não há um nome. (Canal 3, O Estado de São Paulo, 15/02/90)

Máxi

Do deputado e ex-ministro Prisco Viana (PMDB-BA):

- A lei delegada é a maxidesvalorização do Congresso. (Canal 3, O Estado de São Paulo, 15/02/90)

Só lista

Do ex-presidente Jânio Quadros, sobre os atributos físicos do anunciado ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri:

- Espero que ele não quebre o trabalhador e o aposentado ao meio. (Canal 3, O Estado de São Paulo, 15/02/90)

Abertura de canais

Apesar da troca de acusações e críticas contundentes, Sarney está disposto a conversar seriamente com Collor. Só aguarda uma sinalização do "bolo de noiva". (Painel FSP, 15/02/90)

Fórmulas de emergência

O atual presidente e seus assessores acreditam haver espaço para que sejam articuladas com Collor ações emergenciais, capazes de neutralizar uma eventual explosão incontrolada, no campo econômico, antes de 15 de março. (Painel FSP, 15/02/90)

Impotência

O pressuposto para essa disposição do Palácio do Planalto é de que o atual governo, sozinho, não tem mais o que fazer para reverter a crise da economia. (Painel FSP, 15/02/90)

Cautela

O "bolo de noiva" começa a moderar seu discurso e não proclama mais, como vinha fazendo, que Collor já tem maioria assegurada no Congresso. (Painel FSP, 15/02/90)

Impossível

Magri diz que as nove greves dos eletricitários por ele comandadas nunca deixaram um aeroporto sem energia. Nem poderiam: os aeroportos têm geradores próprios para qualquer emergência. (Painel FSP, 15/02/90)

Surra no vernáculo

Agressão gramatical numa faixa colocada à entrada da residência do empresário brasileiro Paulo Otávio, saudando o amigo Collor: "Não nos deixe só". (Painel FSP, 15/02/90)

Experiência própria

Ministros de Sarney acham que Collor erra ao fixar um prazo de 100 dias para reverter a inflação ao patamar de 10% ao mês. Acham que o tamanho da crise é muito grande para se pensar em tão curto prazo. (Painel FSP, 15/02/90)

Franqueza demais

A assessoria de Collor não gostou da franqueza de Magri, ao admitir que não entende nada de Previdência Social. Acha que certas coisas não devem ser ditas de público, por mais verdadeiras que sejam. (Painel FSP, 15/02/90)

Rival

José Dirceu diz que Luis Antônio Fleury é o adversário ideal para o PT: "É tão inexpressivo como o Machado e não tem um programa de realizações. Tem, sim, um contencioso". (Painel FSP, 15/02/90)

Generalização, não

Ao classificar parte da elite brasileira de "cidadãos responsáveis", dia 14, Collor melhorou o estado de espírito de alguns poderosos empresários paulistas. (Painel FSP, 15/02/90)

Recado

Tanto que um deles fez chegar ao "bolo de noiva" sua observação de que a crítica generalizada, tal como vinha sendo feita, "agudiza certos e perigosos componentes da crise social que está batendo à porta". (Painel FSP, 15/02/90)

Aposta no caos

Roberto Cardoso Alves acha que o governo Collor ainda acaba deixando os brasileiros com saudades do atual presidente. Tanto que já bolou um "out-door" para sua campanha eleitoral: "Eu fui ministro de Sarney". (Painel FSP, 15/02/90)

Atuante

A mãe de Collor, Leda, deu expediente, dia 14, no "bolo de noiva". Disparou seguidos telefonemas para o Rio, São Paulo e Macció. (Painel FSP, 15/02/90)

Coligações

O PT considera bem encaminhadas as alianças com o PDT e outros partidos em Santa Catarina, Pernambuco e Pará. Os acordos também podem vingar em São Paulo, Minas e Espírito Santo. Brasília está mais difícil. (Painel FSP, 15/02/90)

Cueixas na madrugada

Magri diz conhecer o drama dos aposentados e promete medidas para que a vida lhes seja menos sofrida: "Vou para as filas do INPS, às 4 da madrugada, ouvir suas reclamações". (Painel FSP, 15/02/90)

Novo rumo

Agora é pra valer: o deputado Márcio Braga já não pertence ao PMDB de Ulysses Guimarães.

Em carta enviada dia 14 ao presidente do partido, Márcio Braga diz que, "após profunda e exaustiva reflexão", se desliga do PMDB como "medida indispensável" para se manter "fiel e coerente" às suas "convicções".

Seu caminho é o PDT de Leonel Brizola.

Não só para ser fiel e coerente.

Mas também por oportunismo.

No PDT, a reeleição é mais fácil. (Informe JB, 15/02/90)

Quem planta, colhe

Quando instituiu o chamado sindicalismo de resultados, em parceria com Luis Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o então presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores e hoje futuro ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, não deve ter imaginado como a denominação se mostraria tão apropriada.

Ao menos em seu caso pessoal, o resultado não poderia ter sido melhor. (Informe JB, 15/02/90)

Utilidade pública

Aviso aos puxas-sacos.

O recém-indicado ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, adora um puxa-saco. (Informe JB, 15/02/90)

Pedra no caminho

Quem conhece, por dentro e por fora, o Congresso sabe que o presidente eleito Collor de Mello vai ter que suar muito a camisa para usar a Lei Delegada para legislar. Esse artifício daria ao novo governo poderes ilimitados, devolvendo o Congresso à condição de mero espectador da cena política, como antes da nova Constituição. (Informe JB, 14/02/90)

URSS defende manutenção do boicote

O presidente soviético, Mikhail Gorbatchev, afirmou dia 13 que a libertação do líder sul-africano Nelson Mandela, após 27 anos de prisão, foi uma "vitória da Justiça sobre o mal".

A URSS defende a manutenção das sanções econômicas contra o governo do presidente Frederik de Klerk.

A manutenção do boicote também é a posição da maioria dos membros da Comunidade Européia, segundo o seu presidente, o premiê irlandês, Charles Haughey. Ele vai ser anfitrião de uma reunião entre os 12 chanceleres da CEE,

esta semana, para discutir a proposta da primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, de suspender as sanções comerciais. A posição de Thatcher torna quase impossível que Mandela aceite o convite de visitar a Grã-Bretanha, formalizado dia 13 pelo governo.

O presidente norte-americano, George Bush, disse, no mesmo dia, que "a lei ordena que mantenhamos as sanções até que a África do Sul adote certas medidas". No último dia 2, ele havia dito que chegara o momento de "reexaminar" o assunto, em vista da iminente libertação de Mandela. (FSP, 14/02/90)

Líder britânico defende as sanções

O parlamentar britânico Bernie Grant, do Partido Trabalhista (oposição), foi o intermediário de uma mensagem de Nelson Mandela à primeira-ministra Margaret Thatcher, na qual o líder negro pede que Londres não suspenda as sanções econômicas impostas pela África do Sul para forçar o fim do regime de segregação racial. O parlamentar chegou dia 13 à capital britânica, procedente da Cidade do Cabo, onde encontrou-se com Mandela. As principais sanções adotadas nos últimos 12 anos pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Comunidade Econômica Européia (CEE), a comunidade britânica de nações (Commonwealth) e os Estados Unidos são:

Armamento

Decretado em novembro de 1977 pela ONU, que pediu ao países membros para suspenderem "imediatamente toda entrega de armas e material conexo de todo tipo". Em dezembro de 1984, o Conselho de Segurança decidiu, por unanimidade, estender o embargo à importação de armas, munições e veículos militares procedentes da

África do Sul. Essa resolução, porém, não teve caráter obrigatório. Em setembro de 1985, a CEE decretou o embargo de exportações de armas e material militar. No mês seguinte, a Commonwealth pediu a aplicação severa do embargo de armas.

Investimento e importações

Em julho de 1985 a ONU recomendou a suspensão dos investimentos estrangeiros e das importações de moedas de ouro sul-africanas, decretando também embargo de petróleo. Medida semelhante foi adotada pela Commonwealth em outubro. Em setembro, a CEE suspendeu as exportações petrolíferas e energéticas e proibiu nova cooperação no campo nuclear. Um ano depois, suspendeu a importação de ferro, aço e moedas de ouro e, em outubro de 1986, se pronunciou pela proibição de qualquer novo investimento no país. No mesmo mês, o Congresso dos EUA proibiu novos investimentos e empréstimos bancários, impondo também a suspensão de importações de ferro, aço, urânio, carvão, moedas de ouro, têxteis e produtos agrícolas. (JB, 13/02/90)

Dissidente prevê transição rápida na África do Sul

O jornalista ativista antiapartheid sul-africano Donald Woods disse numa conferência em Glenside, Pensilvânia (EUA), que dentro de três anos os negros deverão assumir o poder através de um processo pacífico. A Presidência, segundo Woods, seria ocupada por Nelson Mandela, que obtinha muitos votos de brancos. Ele disse que as sanções econômicas contra a África do Sul foram o principal motivo das recentes reformas políticas. Woods, 56, teve que fugir com sua família da África do Sul em 78 e se asilou na Inglaterra. (FSP-14/02/90)

Mandela pede apoio branco para De Klerk

O líder negro sul-africano Nelson Mandela pediu dia 15, através de entrevista na TV estatal, o apoio "de todos os brancos" à política de reformas do presidente Frederik de Klerk. No mesmo dia, Mandela foi visitado pelo pastor negro norte-americano Jesse Jackson, em Soweto (centro do país). Jackson afirmou que o relacionamento entre Mandela - dirigente do movimento antirracismo Congresso Nacional Africano - e De Klerk é fundamental. Em Pretória, capital administrativa, mais de 10 mil simpatizantes do Partido Conservador (extrema direita) saíram às ruas, também no dia 15, para protestar contra as reformas no regime do apartheid.

O general Floris Mostert, comandante da Brigada Criminal de Brixton, subúrbio de Johannesburg, denunciou à Corte Suprema local a existência de um esquadrão da morte treinado pelas Forças de Defesa do país. Segundo ele, essa unidade clandestina matou dois militantes da oposição no ano passado.

Mandela defende acordo para terminar racismo

O líder negro sul-africano Nelson Mandela, libertado no dia 11, após 27 anos de prisão, disse esperar um acordo com o governo para pôr fim aos conflitos raciais no país antes das próximas eleições gerais, em 1994. "Acho que está claro que eles também concordam que um acordo deve ser alcançado até o fim de seu mandato", disse Mandela referindo-se ao governo do presidente Frederik de mantêm sanções a África do Sul Klerk.

De klerk foi eleito em setembro passado com uma plataforma de reformas no sistema do apartheid, mas poucos brancos esperavam que ele agiria tão rápido em libertar Mandela e le-

galizar o Congresso Nacional Africano (CNA), a principal organização antiapartheid. Agora, De Klerk está na mira de grupos brancos racistas e ultra-conservadores, que o acusam de ter ido longe demais. Por isso, ele tem que provar logo que tomou a decisão acertada, caso contrário o seu Partido Nacional, que está há 42 anos no poder, fatalmente perderá a próxima eleição.

Em entrevista em sua casa no gueto negro de Soweto, Mandela foi questionado sobre o que faria se o governo da minoria branca se recusasse a conceder aos negros o direito de um homem, um voto, a condição bá-

ca para o fim do apartheid. "Não podemos fazer pré-julgamentos", respondeu o líder negro. "Como eu já disse, o presidente De Klerk é um homem íntegro, flexível, e a vantagem de lidar com uma pessoa assim é saber que a possibilidade de um acordo está sempre presente.

No dia 14, o governo De Klerk libertou mais seis prisioneiros políticos, todos condenados por pertencerem ao CNA. A reivindicação do movimento anti-apartheid é a libertação de todos os presos políticos, mesmo aqueles que participam de ações armadas e a minoria branca qualifica de terrorista. (JB-15/02/90)

Mandela quer "disciplinar" a luta negra

Diante de uma multidão estimada em pelo menos 100 mil pessoas, Nelson Mandela mostrou estar preocupado com a violência que atinge a África do Sul. No discurso feito dia 13, no FNB Stadium, em Soweto, Johannesburg, ele pediu "disciplina" na luta contra o apartheid, o regime de segregação racial sul-africano, e fez um apelo à polícia: "Estou muito apreensivo com a violência contra manifestações pacíficas". Mandela, 71, é o principal líder do movimento antiapartheid. Foi solto dia 11, depois de passar 27 anos na prisão.

"Devemos mostrar nossa boa vontade aos brancos e convencê-los de que uma África do Sul sem apartheid será um lar melhor para todos", disse Mandela. Ele está preocupado com a repetição das tentativas de saque que aconteceram dia 11 na Cidade do Cabo, após sua libertação.

No dia 12, uma criança morreu pisoteada no estádio de Orlando, em Soweto, quando cerca de 80 mil pessoas foram ao local para ouvir

Mandela, que não apareceu. Soweto, um dos principais guetos negros da África do Sul, foi palco de uma violenta repressão em 1976. É onde mora Nelson Mandela.

Os militantes começaram a chegar pouco antes das 8h. O Comitê Nacional de Recepção destacou seguranças para revistar quem chegava. Um deles tinha as duas mãos

cheias de facas e outros objetos apreendidos.

No início do ato, Walter Sisulu, 77, "braço direito" do principal dirigente negro, já deu o tom: "Mandela é um homem que sabe o que é disciplina. Não haverá vitória sem disciplina". Os esforços surtiram efeito: houve apenas 32 feridos. (FSP, 14/2/90)

Frases

"São a disciplina e a lealdade que vão nos libertar."

"Nós convocamos a polícia a abandonar o apartheid e servir aos interesses do povo."

"Estamos marchando para um futuro baseado em sólidas estruturas de respeito a cada um, obtidas através de negociações."

"Chamamos aqueles que, inadvertidamente, colaboraram com o apartheid no passado para entrar em nossa luta de libertação."

Nelson Mandela, no discurso do dia 13, no estádio de Soweto

60 mil alunos reprovados em Brasília

Apenas 20% dos alunos da rede pública do Distrito Federal submetidos à recuperação complementar poderão comemorar, a aprovação no ano letivo de 1990, segundo estimativa da diretora do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional, Ana Maria Villaboim. Isto implicará na reprovação de 60 mil alunos, do total de 75 mil em recuperação.

Para Edilamar, que é representante das associações de Pais e Mestres na comissão de encargos educacionais do Conselho de Educação do DF, o aluno

que não obteve, ao longo do ano, um bom aprendizado, não teve, conseqüentemente, disciplina pessoal para estudar sozinho e nem recebeu dos pais o apoio necessário para se preparar para as provas.

Os índices de 20% de alunos do primeiro grau e 53% de estudantes do segundo grau submetidos à recuperação indicam, para Edilamar, que também a recuperação paralela, durante o ano letivo, não está sendo encarada pela Fundação Educacional com a seriedade necessária. (Jornal de Brasília, 09/02/90)

Falha neurológica pode reprovar aluno

Entre os alunos que repetem o ano escolar ou que não conseguem se alfabetizar durante a primeira série, 20% têm problemas neurológicos que tornam difícil o aprendizado, segundo levantamento feito pelo Laboratório de Funções Corticais do Hospital das Clínicas, que atende cerca de 40 crianças com esse tipo de problema por mês.

Dificuldades de relacionamento com professores, falta de adaptação ao método de ensino das escolas e problemas emocionais são a causa dos outros 80% dos casos de dificuldade de aprendizado.

O problema afeta, em média, 40% das crianças das escolas públicas, e 1% nas escolas particulares. (FSP, 15/2/90)

Professores criticam curso de reciclagem

Com críticas dos participantes, a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo iniciou, dia 12, os cursos rápidos de reciclagem para 24 mil dos 210 mil professores da rede. O objetivo do governo do Estado é melhorar o nível dos docentes, com essa atividade, mas os próprios inscritos nos cursos acham que sua duração de 30 horas é insuficiente para provocar mudan-

ças na prática do magistério. A reciclagem, que se estendeu até o dia 16, custou NCz\$ 14 milhões à secretaria e foi feita em convênio com as universidades estaduais e algumas particulares.

"Na verdade, o que tivemos aqui foi quebra-galho", qualifica Vera Santiago, que leciona há 18 anos na rede pública. (O Estado de São Paulo, 13/02/90)

Risco de greve ronda o novo ano letivo

Os professores de São Paulo retomam o ano letivo em campanha salarial. Na rede estadual, cujas aulas começaram dia 19, a Apeoesp, sindicato dos professores, esperará até o dia 17 de março por uma oferta de aumento salarial do governo. "Se a proposta ficar muito aquém do que reivindicamos ou não houver nenhum aumento, é muito provável que deflagremos outra greve", diz João Antônio Felício, presidente da entidade.

O Simpeem, sindicato dos professores municipais, reivindica aumento de 206% sobre o salário de janeiro e a apresentação de um plano pela Prefeitura para atingir o piso salarial do Dieese nos próximos meses. Em fevereiro, o salário mínimo do professor da rede municipal é de NCz\$ 6.699,69 (mais 10% de hora-atividade, que não está incorporada ao salário). O piso do Dieese é de NCz\$ 8.863,00. O Simpeem pleiteia, no entanto, um piso que incorpore uma estimativa inflacionária do mês a que se refere o vencimento. Por suas contas, o mínimo deve ser de NCz\$ 15 mil, aproximadamente. O Simpro, sindicato dos professores das escolas particulares, marcou uma assembléia para votar a proposta de acordo coletivo que será apresentada pelo sindicato das escolas de primeiro e segundo graus. A data-base da categoria é em março. O sindicato patronal já aceitou duas das cláusulas econômicas: reposição de 36,4% e aplicação do índice do Dieese (superior à inflação oficial) em fevereiro. (OESP, 11/2/90)

Cartilha de 40 anos ainda alfabetiza

Para muitos, a letra **j** estará associada eternamente à alça de uma jarra. Assim como o **p** está ligado à cabeça e ao pescoço de um pato. São alguns dos milhões de brasileiros que foram alfabetizados pela cartilha *Caminho Suave*, há 40 anos no mercado, escrita pela professora Branca Alves de Lima, uma paulistana que, depois de suas andanças pelas escolas rurais e grupos escolares da capital, decidiu elaborar seu próprio método de ensino. Apesar da idade, a cartilha continua alfabetizando milhares de crianças. Só no ano passado foram vendidos 750 mil exemplares e, para este ano, os diretores da Editora Caminho Suave, criada para publicar este e outros textos de Branca, esperam alcançar o mesmo patamar. (JB, 13/02/90)

Comida x material, a penosa escolha

A compra de material escolar está levando ao país de alunos, principalmente da rede pública, onde estudam crianças de baixa renda, a terem que reduzir o consumo de gêneros alimentícios básicos para garantir o prosseguimento do aprendizado dos filhos. A empregada doméstica de Planaltina, Gerusa Águida da Silva, por exemplo, comprou menos pacote de arroz e feijão neste mês para gastar, NCz\$ 500 com a aquisição de cadernos escolares para quatro filhos.

"As canetas vão ficar para o próximo mês, porque o dinheiro já acabou. Até lá, eles vão ter que usar resto de lápis do ano passado". (Jornal de Brasília, 10/02/90)

No DF, professores também podem parar

Mais bem pagos do País, os professores da rede pública do Distrito Federal ameaçam promover nova greve nas escolas de 1º e 2º graus se a reivindicação de reajuste de 54% não for atendida.

Os professores obtiveram recentemente um Plano de Carreira, depois de 53 dias de paralisação no ano passado, que lhes garantiu um aumento médio de 60% nos salários. O governador Joaquim Roriz considerou a ameaça "política" e "uma brincadeira de mau gosto". (Correio Braziliense, 13/2/90)

Coronel pode ser Ministro da Educação

O Presidente eleito Fernando Collor poderá escolher para o Ministério da Educação um colaborador do ex-Presidente João Figueiredo. O coronel Mário Sérgio Pasquale, que coordena o grupo de Educação na Comissão de transição, é um dos nomes que Collor está estudando para ocupar a pasta, a única sem especulações até agora.

Mário Sérgio Pasquale tem conseguido o "milagre" de trabalhar na equipe sem aparecer, coordenando os estudos da área de educação que integrarão o plano de Governo. (O Globo, 15/2/90)

Professores pedem salário e prestígio

Para recuperar o poder de compra de 25 anos atrás, os professores do Estado de São Paulo precisariam de um reajuste imediato de 255,83%. Mas não foi só o dinheiro o que se perdeu. O prestígio da profissão cai cada vez mais. A performance das escolas públicas é baixíssima. Responsáveis por 80% dos formandos no segundo grau, conseguem apenas 20% das aprovações nos vestibulares. (OESP, 15/2/90)

Marcello não vai pagar diferença

O Prefeito do Rio, Marcello Alencar, descartou, dia 14, a hipótese de acolher a decisão do 4º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça, que, a pedido do Sindicato dos Professores do Município do Rio, determinara que fossem pagas aos 50 mil professores do Município as diferenças salariais retroativas a novembro de 1988. Trata-se da aplicação da Lei 1016, do ex-Prefeito Saturnino Braga, que garantia reajustes semestrais aos servidores com base no IPC acumulado.

Marcello afirmou que a Prefeitura vai recorrer da decisão junto a instâncias superiores. Mas o Sub-Procurador Geral do Município, Raul Cid Loureiro, não soube dizer quais os recursos cabíveis, pois ainda não conhece o teor da decisão judicial.

O Prefeito argumentou que não tem qualquer dívida com o funcionalismo, já que substituiu a Lei 1016 por outra que vincula o reajuste dos servidores ao desempenho da arrecadação e saldou o débito deixado por Saturnino. (O Globo, 15/02/90)

Arcebispo muda padre em Recife e bloqueia contas

Os paroquianos do Morro da Conceição, bairro pobre da Zona Norte de Recife, estão indignados com o arcebispo Dom José Cardoso, que, depois de ter afastado o vigário, padre Reinaldo Veloso - suspenso de suas funções religiosas com base no Direito Canônico - impediu a movimentação das contas pelos antigos paroquianos, determinado aos bancos que só aceitem a assinatura do novo padre, Constance Danielwics, que ainda não pode tomar posse por pressão da comunidade.

De acordo com a presidente do Conselho Paroquial do bairro, Helena Lopes, os paroquianos pretendiam construir uma nova igreja com os recursos depositados. Desde o afastamento do padre Reginaldo, o Conselho Paroquial e o Conselho de Moradores vêm administrando informalmente a igreja, que permanece fechada e só é aberta para atividades dos paroquianos que dela têm a chave. Helena Lopes garante que estava a cargo dos

paroquianos a administração das contas bancárias mantidas pela paróquia na Caixa Econômica Federal e no Banco do Estado de Pernambuco.

Protestos

"Há uma semana tivemos um encontro com arcebispo e ele nos prometeu não adotar novas punições até a próxima reunião, que deve ocorrer após o carnaval. Mesmo assim, isto não nos causa surpresa", diz a líder paroquiana, que desconhece o valor dos saldos bancários da paróquia. Na próxima semana, o Conselho Paroquial deve fazer mais um protesto - o quarto em menos de quatro meses - contra o arcebispo conservador. A última manifestação da comunidade do Morro da Conceição, que já promoveu o enterro simbólico do arcebispo, foi uma noite de vigília e oração, dias depois do encontro com Dom José Cardoso. Na sede da Cúria Metropolitana, o porta-voz do arcebispo, cónego Miguel Ca-

valcanti, disse que o procedimento do arcebispo foi normal e legal, já que a igreja não está nas mãos dos paroquianos. "O novo pároco é o padre Constance, queira ou não o pequeno grupo de ainda resiste por lá. Só o padre Constance tem poder para movimentar as contas, assim como o padre Reginaldo tinha autorização no tempo em que era vigário".

Para o porta-voz, nada pode ser feito na paróquia sem a autorização expressa de seu titular que ainda não teve acesso a nenhum documento da igreja por causa dos paroquianos.

"Até hoje aguardo a prestação de contas do ano passado, que eles não admitem nos entregar", disse o cónego Cavalcanti, que acredita ser a questão de tempo a posse do padre Constance.

No mês passado, a Arquidiocese cogitou de resolver a questão pela via jurídica, mas acabou decidindo negociar com os paroquianos. (JB, 16/02/90)

Curso do CESEP discute ecumenismo no Brasil

O CESEP, com o apoio do CEDI e de outras instituições, realiza de 3 a 13 de julho deste ano um curso sobre ecumenismo destinado a atender quadros intermediários das igrejas e organismos ecumênicos. O curso está organizado em quatro blocos: A Situação Ecumênica, com os assessores Júlio de Santana e Antônio Gouvêia Mendonça; A Convocação Bíblica, com Marcelo de Barros; As Respostas das Igrejas e do Povo de Deus, com Gerhard Tiel, e Sinais de Unidade e Renovação, com José Oscar Beozzo.

O Curso sobre Ecumenismo do CESEP tem por objetivo aprofundar a experiência ecumênica, possibilitar o diálogo entre cristãos de

diferentes denominações eclesiais, formar quadros para a militância pelo Reino de Deus e a libertação, analisar a contribuição do ecumenismo para o avanço da proposta evangélica, resgatar a história ecumênica, superar preconceitos sectários e desmitificar barreiras antiecumênicas.

Poderão participar lideranças a nível local e regional, que atuem com agentes multiplicadores, podendo ser pessoas leigas ou clérigas. Será dada preferência às pessoas interessadas em participar ou trabalhar pelo desenvolvimento do movimento ecumênico, com capacidade de reflexão teórica (não necessariamente de alto nível acadêmico) e com experiência prática.

As inscrições devem ser feitas através do preenchimento de uma ficha, que deverá ser solicitada e posteriormente encaminhada ao CESEP - Curso sobre Ecumenismo - até o dia 10 de abril. O custo do curso é de 50 BTN's por pessoa (para inscrição, hospedagem e alimentação).

As pessoas que não disponham de recursos econômicos suficientes e que não forem indicadas por igrejas ou instituições podem solicitar bolsas para o custeio do curso.

O Curso sobre Ecumenismo é uma iniciativa do CESEP, com o apoio do CEDI, CONIC, CLAI-Brasil, CNBB, CESE e MOFIC-CEDRA.

Mais um para o projeto Collor

Collor de Mello indicou à sociedade o sindicalista Antônio Rogério Magri, presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT e ex-presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, para ocupar a pasta do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. É o quinto ministro já definido para levar adiante o projeto neoliberal e populista de Collor, expresso durante a campanha eleitoral. Até agora, são conhecidos os nomes para os ministérios militares, da Justiça e do Trabalho.

O noticiário tem se preocupado em considerar a opinião da CUT, já que, ainda durante a campanha, o futuro ministro declarava apoio incondicional à candidatura Collor, "quem não ficar com Collor no 2º turno não pertence mais à CGT", dizia, e como na brincadeira infantil "siga-o-mestre", declarou: "a nossa posição é natural (o apoio) porque somos inimigos da CUT. Não há mais razão para ficarmos omissos", expressando a "disposição de fazer dos sindicalistas da CGT a militância e o braço sindical necessários à campanha do PRN".

Collor cumpriu o que prometeu. Magri é ministro e a CGT, departamento do governo.

A CUT já reafirmava, em entrevista coletiva de Jair Menequelli no dia 21 de dezembro, diante da eleição de Collor, sua independência e autonomia e o compromisso com as reivindicações de todos os trabalhadores, não aceitando que lhes sejam impostos novos prejuízos. Nesse sentido a CUT, em 1990, intensificaria sua luta pela efetiva democratização das relações sociais povo/cidadão, governo e Estado, que incluiriam o direito pleno à cidadania, a desprivatização do Estado; a elevação real dos salários, como parte de um

processo de distribuição de renda e da riqueza nacional, e a modernização das relações entre capital e trabalho, através do contrato coletivo nacional; a efetivação dos direitos democráticos estabelecidos pela nova Constituição; a reforma agrária; o não-pagamento da dívida externa.

Não interessa aos trabalhadores quem será o que no governo Collor. Seu projeto neoliberal e populista deve ser analisado como um todo. E os parâmetros que até agora temos

em mãos é a sua inescrupulosa atuação durante a campanha eleitoral, indicando a falta de ética e lembrando, às vezes, o "prendo e arrebo" do general Figueiredo.

A disposição da CUT é de negociar com o Executivo sempre que a defesa das reivindicações dos trabalhadores o exigir. Seja lá com quem for. A cada dia que passa a CUT se efetiva como única porta-voz sindical dos trabalhadores com autoridade para enfrentar os patrões e o governo. (Informa CUT, 16/2/90)

Editorial

Com a nomeação de Rogério Magri para o Ministério do Trabalho está mais clara a política de tratamento da questão trabalhista. O futuro ministro sempre defendeu as negociações diretas entre trabalhadores e empregadores, por categoria, o que prejudica os setores mais frágeis na negociação, pois falta uma definição do patamar mínimo de salários e condições de trabalho aceitáveis para o conjunto dos assalariados.

Por outro lado, a nomeação de Magri reforça o tradicional papel do ministério do Trabalho como conciliador de interesses contraditórios, que o aproximou muito mais dos empresários, e serviu de cooptação e aparelhamento do movimento sindical pelo governo. Embora esvaziado pela nova Constituição, com a perda do seu papel de cartório de registro dos sindicatos, o ministério foi reforçado com o controle da Previdência Social, o que poderá ampliar novamente seu poder de cooptação.

De qualquer modo, parece claro, que as tentativas vão convergir no sentido de desmobilizar e divi-

dir o movimento sindical, concedendo melhores acordos e benefícios para as categorias mais organizadas e apostando nas disputas entre as Centrais Sindicais para deslegitimar a CUT, tomando como ponto de apoio a base da CGT, majoritariamente formada pelas federações e confederações.

No limite, sua atuação estará condicionada à política econômica do governo e à salarial, estas sim, ainda incógnitas. O futuro ministro do Trabalho, como defensor dessa política, terá de enfrentar a principal força de organização e articulação dos trabalhadores, a CUT. Esta que, por sua vez, sempre se manteve dentro de uma perspectiva de autonomia em relação ao Estado, representando mais de 13 milhões de trabalhadores, estará reagindo a qualquer programa que deteriore ainda mais a situação dos trabalhadores. Qualquer greve articulada será chamada de política, como justificativa para medidas duras, mas o resultado desses confrontos dependerá da capacidade dos atores em cena. (MO-CEDI, 16/2/90)

Magri defende modelo americano

Há pelos menos um ponto em comum entre o sindicalista Antônio Rogério Magri e o presidente eleito, Fernando Collor de Mello: as artes marciais. Se Collor foi campeão de karatê na sua juventude, Magri é faixa preta de judô e usa, com frequência, em sua casa no elegante bairro do Morumbi, em São Paulo, a barra de exercícios. Aos 48 anos, avô de uma menina, cultua sua forma física desde os tempos em que cavava vales como empregado da Light (hoje, Eletropaulo), de onde saiu para a vida sindical.

Por 12 anos, ele presidiu o Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, com um invejável índice de associados (18 mil dos 28 mil trabalhadores da categoria). Como lembra seu apelido *Hércules* (uma referência aos filmes épicos italianos dos anos 60), Magri, 1m90, 96 quilos, controlou com todo o vigor uma entidade que serviu de impulso para presidir a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), destronando, em maio

do ano passado, Joaquim dos Santos Andrade, o *Joaquinzão*, numa tumultuada votação.

Defensor do modelo sindical americano, ele dirige ainda o Instituto Cultural do Trabalho, uma entidade destinada e financiada com os dólares da poderosa central AFL-CIO, dos Estados Unidos. Criado no Brasil, em 1963, esse Instituto, admite Magri, recebe uma verba anual, de 200 mil dólares destinada, segundo ele, à formação de novos sindicalistas. "Ideologia não enche a barriga do trabalhador" - gosta de repetir numa espécie de alfinetada à atuação de sua rival, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que apoiou o candidato derrotado à presidência da República pelo PT, Luís Inácio Lula da Silva.

Cabelos bem penteados, Magri gosta de roupas esportivas da moda, que às vezes lembram as de um executivo de folga numa noite de sexta-feira. Para o trabalhador brasileiro, ele espera que no futuro tenha um modo

de vida semelhante ao dos Estados Unidos. Em suas entrevistas, lança farpas frequentes ao *grevismo selvagem*, sempre insiste que não é de direita, de centro ou de esquerda, criticando a CUT por ser uma espécie de *departamento sindical* do PT.

Chegar ao ministério de Collor é mais uma etapa da carreira bem-sucedida de um sindicalista polêmico. Esse filho de um eletricitário, esse descendente de italianos, cuidará de uma Pasta num momento em que o governo não costuma sentar-se à mesa de negociações de pendências trabalhistas. Por sinal, não deixa de ser curioso que Rogério Magri tenha mudado de idéia quanto ao cargo. Em novembro do ano passado, ele negou o desejo de ser ministro e disse: "a CGT vale mais que seis ministérios". No dia 13, provou que a CGT vale mesmo um só ministério, com dupla tarefa: vai cuidar também da Previdência Social. (Diário do Grande ABC, 14/2/90)

Aconteceu

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fds.
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis, 983
01283 São Paulo SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL